

Resumo: O artigo analisa a divulgação da informação ambiental pelo Instituto Mapinguari, articulando ciência e saberes tradicionais para mitigar o distanciamento entre academia e sociedade. O objetivo é analisar as ações e produtos informacionais da instituição. Metodologicamente, realizou-se um estudo de caso do site institucional, identificando produções digitais como cartilhas e a história em quadrinhos (HQ) *A Voz da Foz*, utilizada em praças públicas de Belém e Ananindeua. Os resultados evidenciam que produtos acessíveis combinados à mediação dialógica expandem o alcance da informação e promovem a apropriação social do conhecimento pelas comunidades locais. O estudo contribui para a Ciência da Informação ao propor um modelo de mediação que articula saberes científicos e tradicionais, enriquecendo discussões sobre fluxos informacionais e democratização do conhecimento em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Conclui-se que o Instituto fortalece o conhecimento sobre a realidade amazônica, consolidando a informação como ferramenta de cidadania.

Palavras-chave: Amazônia; Divulgação científica; Informação ambiental; Mediação da informação.

Abstract: The article analyses how the Mapinguari Institute promotes the dissemination of environmental information by connecting scientific knowledge with traditional knowledge. It starts from the problem of the gap between academic production and the general population, highlighting the need for information mediation. In this context, the guiding research question is to understand how environmental information produced by the Mapinguari Institute is disseminated, with the overall objective of analysing the Institute's main actions and informational products for this purpose. The study is based on a case study of the Institute's official website, identifying projects, initiatives, and digital outputs such as booklets, manifestos, and comic books. Among these, the comics *A Voz da Foz* stands out, having been used as a mediation tool by Clube HQ in public squares in Belém and Ananindeua. The results show that the combination of accessible materials and dialogical mediation fosters environmental awareness and the appropriation of information. It is concluded that the Mapinguari Institute contributes to increasing public understanding of the Amazonian reality, thereby promoting the democratisation of knowledge.

Keywords: Amazon; Scientific dissemination; Environmental information; Information mediation.

Introdução

Os saberes tradicionais são transmitidos de gerações em gerações por meio de narrativas orais, sendo praticados em seus territórios, no cotidiano de suas vivências. Tais práticas e conhecimentos estão presentes no tempo além dos registros escritos, apenas na preservação da memória e do fazer ancestral. Atualmente, na era digital, com a presença de tecnologias e bases digitais que “guardam informação”, os saberes tradicionais resistem ao tempo. Nesse contexto, existem termos como a Informação ambiental, que está presente desde o ensino básico ao ensino superior.

Ao pensar na informação ambiental no âmbito escolar, mais especificamente para o público infantojuvenil (ensinos fundamental e médio), observa-se que a temática se encontra presente em suas diretrizes e bases curriculares, tendo em vista a sua importância social. O ensino sobre a informação ambiental na educação básica cria uma rede colaborativa no qual gera resultados significativos na comunidade escolar, do bairro ou unicamente na casa de cada aluno, ou seja, a mediação em sala de aula gera pequenos multiplicadores que ampliam a sensibilização ambiental, seja com projetos práticos no espaço escolar ou pequenas ações diárias em suas casas.

Em paralelo, ao pensar sobre a informação ambiental dentro do âmbito acadêmico, é nítida uma crescente produção científica nas últimas décadas, além dos eventos internacionais referentes ao tema para a discussão e apresentação de dados e resultados com a finalidade de prevenção ou mudança de fatos danosos ao meio ambiente. Todavia, apesar de relevantes os avanços das pesquisas dentro das instituições de ensino, tais informações acabam não ultrapassando os muros das instituições, limitando-se aos pesquisadores e agentes da área, tendo em vista a sua interdisciplinaridade (PHILIPPI JUNIOR *et al.*, 2000), podendo ser encontrada em diversas áreas do conhecimento e essa dispersão também é limitante no que se refere a sua divulgação.

Nesse contexto, surgem movimentos e organizações não governamentais (ONG) que atuam na divulgação ambiental, ou seja, levando informações relevantes às comunidades e demais espaços, descentralizando esses conhecimentos, apresentado como exemplo principal o Instituto Mapinguari, que é uma ONG, fundada em 2015 e sediada no Amapá, dedicada à defesa, preservação e conservação do meio ambiente. A Instituição foca na consolidação de áreas protegidas, valorização de comunidades tradicionais e promoção do desenvolvimento sustentável através de pesquisa e educação ambiental (INSTITUTO..., 2025c).

O Instituto tem apoiado e executado ações de defesa, preservação e conservação do meio ambiente, bem como incentivado a promoção do desenvolvimento sustentável da região norte. Desde sua fundação, o Instituto Mapinguari busca a consolidação e fortalecimento de áreas protegidas, reconhecendo o papel fundamental das comunidades tradicionais na proteção da biodiversidade e seus territórios (ASSESSORIA..., 2023).

Em um recorte geográfico e temporal, a região Amazônica nos últimos anos vivenciou questões ambientais graves (FERNANDES, MINORI e SILVA, 2025). Apesar disso, instituições com o objetivo de mudar essa realidade, auxiliando na sensibilização e na preservação dos saberes locais, atuando nas comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, além dos bairros periféricos nas capitais, vistos como “marginalizados”, visando combater o racismo ambiental, definido por Bullard (2002:2), como: “políticas, práticas ou diretrizes ambientais que afetam diferentemente ou de forma desvantajosa (seja intencionalmente ou não)”.

Nesse cenário, o presente trabalho tem como questão norteadora de pesquisa saber: como ocorre a divulgação da informação ambiental produzida no Instituto Mapinguari? Para isso, tem-se por objetivo geral analisar as principais ações e produtos informacionais do Instituto para a divulgação da informação e como objetivos específicos:

- a) Identificar as principais ações, projetos e linhas de atuação do Instituto Mapinguari voltados à proteção, pesquisa e educação ambiental;

- b)** Analisar as produções digitais feitas pelo Instituto Mapinguari como produtos informacionais de divulgação científica do conhecimento ambiental;
- c)** Realizar a mediação da informação ambiental, utilizando a HQ *A Voz da Foz*, do Instituto Mapinguari.

Como percurso metodológico, esta pesquisa é caracterizada como exploratória, descritiva e documental, sendo realizado um estudo de caso no Instituto Mapinguari, no que se refere ao seu papel de gerador e divulgador da informação ambiental. Também foi realizada ação de mediação da informação pelo Clube HQ Belém, utilizando a HQ *A Voz da Foz*, do referido Instituto.

Assim, este artigo está estruturado em seis seções, sendo nesta introdução apresentada a contextualização do tema e questão de pesquisa, os objetivos e percurso metodológico. Na seção 2 aborda-se o referencial teórico, em que se explica a mediação da informação e o entendimento sobre a informação ambiental. Na seção 3 tem-se os procedimentos metodológicos usados para a realização da pesquisa, enquanto na seção 4 traz-se os projetos e ações de divulgação científica do Instituto Mapinguari, na seção 5 os resultados da ação de mediação realizada pelo Clube HQ e na seção 6 as considerações finais. Por último, são apresentadas as referências dos documentos que fundamentaram a pesquisa.

Referencial teórico

Observando a cronologia referente às questões ambientais apresentada por Duarte (2022:111-128), é possível analisar diversas conferências climáticas internacionais, as quais têm por objetivos principais discutir a extração de recursos naturais, emissão de gases poluentes na atmosfera e consequências prejudiciais à população de forma geral, destacando a Conferência de Estocolmo, em 1972, como a precursora, e a Conferência das Partes (COP), que acontece anualmente desde 1995. Essa apresentação temporal é relevante para demonstrar a importância dessas conferências e os resultados que beneficiam (ou não) o mundo, além de apresentar produções científicas e de divulgação da informação ambiental entre os países.

Entre os assuntos e acordos discutidos nas últimas décadas, destaca-se a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, que representa um compromisso global em prol de um modelo de desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Essa agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até 2030 (PORTO e PAVÃO, 2025).

Em 1987, na conferência da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi apresentado um dos primeiros conceitos de desenvolvimento sustentável, entendido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO..., 1991:46).

Ainda que o conceito proposto em 1987 idealize uma espécie de utopia, o texto também discorre sobre as diferentes interpretações, levando em consideração a realidade de cada país, sendo refletido durante as conferências climáticas até o presente, nas quais debatem,

entre tantos temas, a sustentabilidade e a informação ambiental. Outro conceito necessário é sustentabilidade, que é definido por Medeiros (2022) como:

Princípio da busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a exploração deles por parte da sociedade. Busca pelo equilíbrio entre o suprimento das necessidades humanas e preservação dos recursos naturais, não comprometendo as próximas gerações. O conceito de sustentabilidade é complexo, pois atende a um conjunto de variáveis interdependentes, mas podemos dizer que deve ter a capacidade de integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais.

Nesse sentido, tendo sido consolidado em 2002 (BODNAR, PASSOS e SILVA, 2016), o termo sustentabilidade apresenta similaridades com o desenvolvimento sustentável, porém, suas diferenças são visíveis na sua aplicabilidade, sendo o primeiro o objetivo final (o estado de equilíbrio) e o segundo o processo ou a estratégia para alcançar esse equilíbrio, o que demanda maior acesso às informações ambientais a respeito da sustentabilidade e seus processos.

De acordo com Arnold (2019), a informação ambiental é qualquer informação escrita, visual, sonora, eletrônica ou registrada em qualquer outra forma material, tendo como características, ser útil, efetiva, verdadeira, completa, clara, compreensível, acessível, oportuna, célere, organizada e contínua. Em definição teórica, a informação ambiental é completa e acessível, todavia, em prática seu acesso possui entraves que resultam em “desconhecimento” de tais informações importantes para a sociedade civil.

Segundo Jardim (2012), ao discorrer sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional dos cidadãos de obter dados dos órgãos públicos, estabelecendo a transparência pública como regra, permitindo que qualquer pessoa solicite e/ou consulte informações governamentais de forma gratuita e sem necessidade de justificativa, destaca a sua importância no quesito de transparência informacional à sociedade. Todavia, o autor contesta:

As possibilidades de minimizar essa defasagem entre a LAI [...] e as condições reais de acesso à informação não estão contempladas no dispositivo legal. O cenário informacional do Estado brasileiro, exceções à parte, encontra-se, em geral, aquém das demandas da LAI e das possibilidades de fazer face aos direitos de acesso à informação por parte da sociedade. Sem uma agenda voltada para a definição e implementação de políticas públicas de informação, tendem a resultados limitados as iniciativas e práticas que pretendem garantir o acesso à informação regulado pela Lei de Acesso à Informação (LAI) depende de iniciativas e práticas que garantam sua efetivação. No entanto, o debate sobre as condições necessárias para assegurar esse direito ainda se mostra frágil e insuficiente, tanto no âmbito do Estado quanto no meio acadêmico (JARDIM, 2012:19-20).

Nesse sentido, Andrade e Gobbi (2026), em sua pesquisa teórico-documental, destacam a relação das narrativas visuais na divulgação científica contemporânea, “compreendida como o conjunto de práticas de mediação pública do conhecimento científico em contextos digitais”, argumentado que tais formatos não apenas ampliam o alcance da ciência, evidenciando que tal relação reconfigura critérios de legitimidade, engajamento e

circulação do conhecimento, inserindo a ciência em disputas estruturais por atenção, visibilidade e justiça informacional, isto é, acesso justo e equitativo à informação, garantindo que ninguém seja marginalizado devido à sua classe, raça, gênero ou origem (SILVA e ALVES, 2025).

Por esse viés, de acordo com Jardim (2012), os parâmetros legais estabelecidos por lei não suprem as necessidades informacionais da sociedade, sendo necessário uma atuação de incitativa dos poderes públicos. É nesse cenário que surgem alternativas de divulgação científica como apresentados por Andrade e Gobbi (2026), destacando o alcance e a circulação do conhecimento científico, com a finalidade de suprir o entrave da transparência de informação, visando a justiça informacional.

Ao tratar-se de informação ambiental, os dados são múltiplos (assim como qualquer outra informação produzida na década atual), entretanto, esse acesso e disseminação tornam-se inviáveis em determinados casos, como apresentam Guerreiro, Vasconcellos e Condurú (2021:32) ao analisarem a disponibilidade e acesso de dados ambientais de órgãos públicos federais, comprovando que, “a oferta não significa transparência, mas que uma série de critérios precisam ser levados em consideração”, ou seja, apenas dispor os dados brutos sem um devido refinamento não é suficiente para a disseminação e apropriação da informação por outros órgãos ou pessoas físicas.

Segundo Leff (2001), o pensamento entre homem e natureza, como formação social, se constrói a partir de seu discurso teórico, mas se expressa na realidade por meio de mudanças sociais que se refletem em transformações do conhecimento e suas aplicações em novas formas de organização do conhecimento e suas aplicações em novas formas de organização social e produtiva. Nesse sentido, o autor também destaca que “a crise ambiental é uma crise do conhecimento”, exatamente, porque se trata do “desconhecimento do conhecimento; da concepção do mundo e do domínio da natureza que geram a falsa certeza de um crescimento econômico sem limites, até a racionalidade instrumental e tecnológica”.

De acordo com Gomes (2020), a respeito dos dispositivos e seus acessos à informação, destacando o papel do mediador e da mediação como elos necessários para uma apropriação da informação, a autora enfatiza o dialogismo nas ações interacionistas da mediação explícita, havendo a possibilidade de mesclar outros suportes informacionais, visando o acesso à informação, principalmente a informação cultural e da leitura. Ademais, Gomes (2015) também destaca a importância da difusão e apropriação cultural por meio das bibliotecas, ressignificando seu papel social, tendo em vista sua interação com os usuários, relacionando a sua “urgência” informacional com o dever na transparência e justiça informacional (ANDRADE e GOBBY, 2026; JARDIM, 2012).

Em proposta de relacionar ciência e os saberes locais, Diegues (2019) afirma que, é preciso, antes de tudo, “reconhecer-se a existência dos territórios das comunidades tradicionais, de seus conhecimentos e práticas como formas igualmente válidas de se representar e manejar a sociobiodiversidade”, apresentando o modelo denominado etnoconservacionista, sendo uma concepção etnográfica atrelado a conservação dos saberes sociais e ambientais, destacando a interação com as realidades comunitárias e suas práticas de conservação.

Segundo Witkoski (2007), como resultado de uma pesquisa extensa e imersiva, afirma que os povos tradicionais amazônicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) possuem uma vasta

experiência na utilização e conservação da biodiversidade dos ambientes terra, floresta e águas, onde trabalham e vivem. Do ponto de vista originário, Kopenawa e Albert (2015) destacam no livro *A Queda do Céu*, a defesa da floresta como entidade viva e crítica ao extrativismo, apresentando as vivências de Davi Kopenawa, da comunidade Yanomami e de outras comunidades originárias, em relação aos processos impostos pelos centros urbanos, sem legitimar os saberes locais. Nesse aspecto:

O saber ambiental não caminha num sentido unificador, ou seja, no entendimento de que uma disciplina “ambiental” conseguiria solucionar os problemas da atualidade, pelo contrário, projeta o trabalho interdisciplinar como uma ferramenta metodológica adequada para a construção do conhecimento. Esse saber dá voz a outros atores sociais, além dos especialistas, procurando não esterilizar o conhecimento, entendendo que a hibridação com as várias formas de conhecimento é importante para o enfrentamento dessa empreitada (PITANGA, 2015:170).

Nesse contexto de acesso à informação ambiental, produzida no âmbito universitário, compreende-se que, “como na maioria das universidades brasileiras, o conhecimento produzido é restrito ao meio acadêmico, sendo divulgado principalmente em eventos científicos nacionais e internacionais, os quais não são frequentados pela população em geral” (SANTOS e TALGATTI, 2023:23), isto é, tais avanços científicos e inovações que podem beneficiar a comunidade acabam não sendo compartilhados, não havendo uma apropriação dessas informações.

Em complemento, Silva e Reis (2023), ao analisarem a interdisciplinaridade e apropriação da informação, na perspectiva da Ciência da Informação, afirmam que “as materializações da informação, das manifestações culturais e do acesso ao conhecimento e, os modos de educar ou entender a educação permitem a construção do bem comum e da dignidade da pessoa humana”, enfatizando também a importância da interdisciplinaridade para a expansão do olhar semiótico para apropriação da informação.

Segundo Barros (2017:2.937), a informação é:

O fundamento para uma decisão livre e aquele que dispõe de mais recursos informacionais tem melhores condições de fazer uma avaliação melhor sobre determinado risco ambiental. Mesmo hoje, embora o volume de informação tenha acumulado consideravelmente, torna-se cada vez mais difícil de ser processada, organizada e assimilada pela sociedade. Isso é um problema grave, pois informação desorganizada gera desinformação. Para tal desafio, as Bibliotecas e os Bibliotecários precisam assumir o protagonismo da história atual em relação à proteção do meio ambiente, contribuindo estrategicamente para atingir os objetivos e as metas do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, Barros (2017) discorre sobre as questões de acesso à informação ambiental e apresenta as Bibliotecas e os Bibliotecários como agentes para enfrentar esse entrave, seja por ações práticas de mediação explícita ou implícita nos espaços internos ou externos das unidades de informação. Por esse viés, entende-se por mediação da informação:

Toda ação de interferência realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou

coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JUNIOR, 2015:25).

Cabe destacar, ainda, a mediação implícita que ocorre em ações não diretas de interferência junto aos usuários, mas que promovem a informação para os diversos públicos, de acordo com suas áreas de interesse, tendo como definição de Almeida Junior (2009:93):

a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.

Portanto, as ações de mediação, voltadas à temática ambiental, tornam-se essenciais, tendo em vista o difícil acesso supracitado, sendo necessária uma interferência direta e indireta que divulgue as informações de forma social, ou seja, que expanda para além dos muros das instituições, alcançando bairros periféricos e demais comunidades, fortalecendo a democracia da informação em suas práxis. De acordo com Gomes e Pereira (2024:9):

[...] a práxis bibliotecária se manifesta como a materialização desse compromisso social. Ela não se restringe apenas à organização e disseminação de informações, mas se engaja ativamente na transformação da realidade social através do acesso democrático ao conhecimento. A práxis implica em práticas e ações que não apenas refletem as necessidades da comunidade, mas também as transformam de maneira positiva.

Assim, fica nítida a importância do acesso democrático à informação e a necessidade de mecanismos ativos que impulsionem a divulgação das informações, visando sua apropriação pela sociedade civil de forma geral, ressaltando um direito garantido por lei que ainda sofre por barreiras burocráticas.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva e documental. De acordo com Gil (2017), foram utilizados recursos bibliográficos e pesquisas em outras fontes, como o site oficial do Instituto que reforçam a importância e detalham as ações do Instituto. Também foi realizada pesquisa bibliográfica física que teve como locus a Biblioteca do Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPA), tendo em vista seu rico acervo referente à historicidade da sociedade Amazônica, além da pesquisa bibliográfica digital, na busca de artigos e outros trabalhos referentes ao Instituto Mapinguari.

Ademais, buscou-se entender sobre o acesso às informações ambientais por pessoas da comunidade Amazônica, e como o Instituto realiza a divulgação dessas informações. A pesquisa deu ênfase às ações e projetos disponibilizados no site oficial do Instituto, visando

um maior acesso remoto dessas ações. No site foram analisados os produtos digitais disponíveis, de produção do Instituto, sendo realizada uma leitura documental em cada um dos livros digitais com o objetivo de entender os meios de divulgação e conteúdo informacional.

Tal análise das produções digitais deu-se por uma leitura na íntegra, analisando sua temática, formato e palavras-chave. Por seguinte, foi selecionada a HQ *A Voz da Foz* pelo seu formato em quadrinhos, que aproxima os leitores de diferentes idades, para realizar dois bate-papos, sendo um no município de Ananindeua, durante a segunda Feira Literária de Ananindeua (FLIANANIN) e o segundo na praça Batista Campos, em Belém. Para os encontros, foi pensado o seguinte roteiro: a) apresentação do Coletivo Clube HQ; b) apresentação da HQ e de sua temática; c) a leitura compartilhada de três histórias da HQ; d) pergunta aos participantes “O que a Voz da Foz disse a você?”.

Para a identificação das percepções do público, foram realizados dois momentos de diálogo coletivo. A ação envolveu 15 participantes, majoritariamente composto por jovens do município de Ananindeua. Visando atender aos preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, assegurou-se o caráter voluntário da participação e a garantia de sigilo quanto à identidade dos participantes, cujos depoimentos foram codificados (Participante 1, Participante 2).

Em suma, como terminologia metodológica, foi realizada uma comparação da definição de mediação com as ações realizadas pelo Instituto, pretendendo confirmar ou não, se as práticas tinham correlação com a teoria proposta pela Ciência da Informação. Em análise ao site oficial do Instituto, foram verificados seus objetivos, linhas de atuação, projetos realizados e produtos digitais como meio de divulgação científica, descritos no decorrer deste artigo.

Resultados e discussões

De acordo com o histórico do Instituto Mapinguari (2025c), inicialmente, entre os anos de 2010 e 2013, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN/Revecom) - Reserva criada com o objetivo de desenvolver atividades de Educação Ambiental e pesquisas em ecossistemas naturais dos quais se destacam as florestas (várzea, terra firme, etc.) e suas diferentes faunas (INSTITUTO..., 2025c) - realizou algumas ações no estado do Amapá. Nessas atividades, formou-se um grupo de acadêmicos com o objetivo de contribuir voluntariamente com a RPPN. Após alguns anos de atuação voluntária, por conta de entraves financeiros, políticos e ambientais, a RPPN encerrou suas atividades. Diante deste desafio, o grupo de voluntários decidiu se mobilizar para apoiar a reserva e, assim, fundaram o Movimento Pró-Revecom (MPR).

O MPR atuou entre 2013 e 2014, participando de audiências, visitas técnicas e campanhas na internet até que a Reserva superasse aquele desafio. Nesse período, o Movimento ganhou notoriedade e passou a ser convidado para palestras e parcerias. Diante do crescimento e da ausência de uma organização socioambiental mais atuante no Estado, o Instituto Mapinguari começou a ganhar forma. Em 2014, foram realizadas articulações para a criação de uma organização da sociedade civil no Amapá, que resultou na fundação do Instituto Mapinguari, em 2015, envolvendo órgãos públicos, universidades e pessoas engajadas com a causa ambiental. Desde sua fundação, a organização tem sido conduzida

por jovens profissionais que buscam atuar seguindo o tripé da Proteção, Pesquisa e Educação Ambiental.

Essa tríade de atuação se relaciona com a mediação da informação ambiental, pois para ocorrer a mediação da informação ambiental é preciso entender o meio ambiente de forma holística, a fim de se ter embasamento de sua proteção e preservação, o que, por meio da educação ambiental pode haver a sensibilização e troca, interação entre as pessoas sobre os saberes ambientais, relacionando as ideias de Leff (2001) e Almeida Junior (2015).

O Instituto se dedica a preservar a vitalidade e a integridade da Amazônia por meio de uma abordagem abrangente e integrada, sistematizando e divulgando a informação ambiental, que tem como característica, segundo Arnold (2019), a utilidade, a forma compreensiva em que é repassada, além de ser oportuna aos que se interessam ou vivem na região. Reconhecendo a singularidade deste bioma, as linhas de atuação e os objetivos são voltados para atender às necessidades específicas da região e das comunidades, como se observa no Quadro 1.

Quadro 1 – Objetivos e linhas de atuação

Objetivos	Linhas de Atuação
Propósito: lutar pela preservação da Amazônia, buscando o estabelecimento de relações justas e equitativas, respeitando a autonomia dos povos e seus conhecimentos tradicionais.	Comunicação Comunitária
	Bacias Hidrográficas
	Fortalecimento Comunitário
Visão: Ser reconhecido nacionalmente como uma instituição sólida, inovadora e transparente em sua atuação pelo desenvolvimento socioambiental na Amazônia.	Sistemas Alimentares
	<i>Advocacy</i>
	Áreas Protegidas
Missão: promover o desenvolvimento socioambiental através de estratégias de proteção, pesquisa e educação ambiental.	Mudanças Climáticas
	Educação Ambiental
	Educomunicação

Fonte: Instituto Mapinguari (2025b).

Na próxima seção são apresentados projetos e ações do Instituto, em que é possível destacar a mediação implícita utilizada pelo Instituto Mapinguari, no que diz respeito aos produtos de divulgação científica, no planejamento de atividades e produções acadêmicas, ratificando a definição de Almeida Junior (2009) quando destaca que essa mediação ocorre em ações que promovem a informação aos usuários em potencial.

Projetos e iniciativas

Em cumprimento aos seus objetivos, o Instituto realiza ações que incentivem a cultura e a consciência ambiental, dando protagonismo aos moradores da comunidade, realizando uma troca de saberes, ou seja, levando informação, mas também aprendendo, e disseminando os saberes locais. De exemplo, é possível citar o “Amazônia Terra Preta”, um espaço de celebração da Amazônia negra, que vem sendo realizado desde 2021 e agora se consolida como uma programação do calendário de lutas da população negra amazônica,

buscando promover a integração e consolidação das lutas raciais atreladas a questões ambientais e climáticas.

Outros segmentos são as questões de cultivo e valorização dos pequenos produtores, pois ao falar sobre preservação ambiental e mudanças climáticas, é necessário falar e ouvir aqueles que atuam diretamente com a terra. Nesse contexto, destacam-se o projeto *Quilombos Guardiões de Sementes* e as campanhas *#DestravaPEAPOS* e *Agroecologia no Prato*, que ressaltam a importância da soberania alimentar, o combate à emergência climática e a promoção da saúde, buscando promover a discussão sobre a distribuição e acesso à alimentação, estimulando a implementação da assistência técnica agroecológica na agricultura familiar. Ao todo, foram identificados 10 projetos e iniciativas dispostos no site do Instituto, sendo relacionados no Quadro 2.

Quadro 2 – Projetos e iniciativas realizados pelo Instituto Mapinguari

Nome	Resumo
Quilombos Guardiões de Sementes	Projeto que busca fortalecer as capacidades organizacionais das comunidades quilombolas, promovendo o enfrentamento a desafios que se apresentem sobre suas produções rurais.
#DestravaPEAPOS	Campanha para resgatar o texto do Projeto de Lei (PL) que estabelece a criação da Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade (PEAPOS)
Agroecologia no Prato	Campanha com objetivo de tornar a agroecologia amplamente difundida no Amapá, destacando sua importância para a construção da soberania alimentar
Festival Nossa Amazônia	Busca realizar mobilizações transversais dentro do território através de um eixo formativo com base nas discussões sobre o enfrentamento da crise climática
Amazônia Terra Preta	Espaço de celebração da Amazônia negra, buscando promover a integração e consolidação das lutas raciais atreladas a questões ambientais e climáticas.
Quilombos Urbanos	Busca a valorização do capital ambiental, cultural e socioeconômico das Áreas Protegidas e seus habitantes.
Projeto Cuíra	O projeto de formação de juventude protagonista nos manguezais amazônicos, visando a valorização do modo de vida, contando com a conscientização para o cuidado com os recursos naturais.
Manifesto Jovens Vozes da Amazônia para o Planeta	Manifesto que visa apresentar ao mundo as bases que acreditamos ser essenciais para o futuro de todos que dependem da sociobiodiversidade deste bioma. Inspirando-se nos rios da Amazônia
Gestão de resíduos sólidos para a comunidade da APA da Fazendinha	Foi realizada a instalação de 28 <i>containers</i> de lixo, mutirão de limpeza, palestras e a apresentação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a comunidade.

Nome	Resumo
Projeto MOSUC	Motivação e Sucesso na Gestão de Unidades de Conservação Federais – MOSUC, tem por objetivo identificar soluções inovadoras para os principais desafios de gestão dentro da questão financeira, entre outras propostas.

Fonte: Instituto Mapinguari (2025d).

Assim, é possível identificar a relevância social das ações realizadas e apoiadas pelo Instituto, estando ligadas às comunidades no sentido de disseminar informações, na criação de campanhas e a promoção cultural, estabelecendo uma relação interacionista, ou seja, ações que utilizam como base a interação social, entre os agentes mediadores e a comunidade, sendo um processo simbiótico, no qual ambos aprendem e trocam saberes de forma mútua. Ademais, é importante ressaltar que todas as ações e iniciativas são feitas em parceria com outras instituições e agentes que promovem de forma coletiva tais atividades, reforçando o interacionismo (RODRIGUES, 2023), entre as organizações e a comunidade amazônica.

Em análise as atividades supracitadas, é possível notar a dimensão social, ou seja, a interferência direta da equipe do Instituto nas comunidades. Outro fator que corrobora são os resultados apresentados pelo Instituto e também pelas comunidades em seus cotidianos, dentro da agricultura familiar, utilizando os conhecimentos adquiridos para facilitar o manejo e plantio, além de ampliar as suas visões a respeito de seus direitos e deveres como cidadãos amazônidas.

Nesse contexto, destacam-se as práticas de pesquisa, ensino e proteção realizadas pelo Instituto Mapinguari, tendo como exemplos: a pesquisa e propagação da agroecologia em comunidades quilombolas (Moura; Guedes; Formigosa; Balieiro; Lima; Silva, 2024); ações de formação e capacitação de agricultores (Silva; Moura; Balieiro; Lima; Guedes; Almeida, 2024); e na disseminação artística amazônica (MASCARENHAS e SILVA, 2024).

Em resultado de algumas das ações, o Instituto, com o objetivo de preservar e disseminar os conhecimentos adquiridos, realiza a produção de cartilhas, manifestos, resultados de pesquisas e entre outros produtos de forma digital descritos na próxima seção. Isso ratifica a ponderação de Guerreiro, Vasconcellos e Condurú (2021) ao se referirem à transparência da informação por organizações, pois o Instituto se preocupa em compartilhar informação promovendo a apropriação da informação.

Produções digitais

Com o objetivo de preservar e disseminar as informações obtidas em pesquisas e ações com a comunidade, o Instituto elabora produtos digitais (cartilhas, manifestos, histórias em quadrinhos) e os disponibiliza no *site* oficial, visando uma maior divulgação das ações e da importância da preservação da informação. Ao todo foram identificadas oito produções disponibilizadas, em formato digital, no acervo digital do Instituto, apresentados no Quadro 3, com seus títulos, formatos e palavras-chave.

Quadro 3 – Relação de produtos digitais disponíveis no site do Instituto Mapinguari

Título	Formato	Palavras-chave
A Voz da Foz	História em quadrinhos	Ecologia; Meio ambiente; Conservação e Proteção
Jovens Vozes da Amazônia para o Planeta	Manifesto	Juventude; Preservação; Direitos Humanos
#DestravaPEAPOS	Cartilha	Agroecologia; Políticas públicas; desenvolvimento rural
Por que não é uma boa ideia explorar petróleo na Margem Equatorial	Cartilha	Exploração de petróleo; Foz do Amazonas; Biodiversidade
Plantas Tradicionais	Cartilha	Quilombos; Agricultura familiar; Saberes originários
Pesquisa de escuta da população amapaense sobre desafios e oportunidades para o Amapá	Resultado de Pesquisa	Pesquisa social; Territórios; Meio ambiente
E depois da COP30	Manifesto	COP30; Políticas públicas; Conservação e Proteção
Carta Vozes Amazônicas	Manifesto	Amazônidas; Povos originários; Crise climática

Fonte: Instituto Mapinguari (2025a).

Nesse aspecto, o Instituto destaca-se ao visibilizar as vozes dos moradores locais, desde o mais jovem ao mais velho, tendo como resultado as produções digitais, que podem ser acessadas de qualquer dispositivo com acesso à Internet.

Fig. 1 – Capas de algumas produções do Instituto Mapinguari

Fonte: Instituto Mapinguari (2025a).

Tal ação é também um paralelo às produções científicas feitas em instituições que, apesar da maioria serem disponibilizadas em bases de dados abertas, seu acesso majoritário é feito pelo público acadêmico. Logo, medidas como a criação de cartilhas (Fig. 1) e demais produtos informacionais de acesso gratuito são um diferencial democrático de divulgação da informação. São ações que aproximam a ciência aos saberes locais, reforçado por Diegues (2019), Pitanga (2015) e Witkoski (2007).

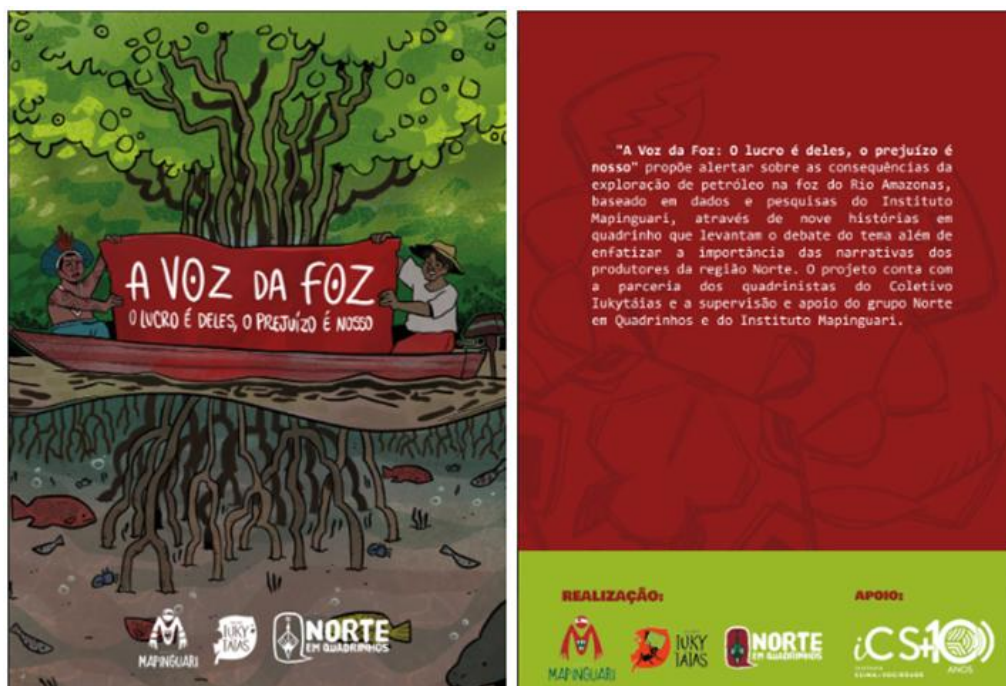
É notória a relevância das produções acadêmicas em bases de dados por uma questão de credibilidade e autenticidade, entretanto, a discussão presente é: de que maneira é possível disseminar essas informações para além dos muros e suas barreiras técnicas/linguísticas das bases acadêmicas? Em reformulação, de que maneira os conhecimentos ambientais discutidos dentro das instituições podem ser conhecidos pelas pessoas externas à comunidade acadêmica? Tais perguntas possuem várias respostas em diferentes formatos, mas nesse contexto, o Instituto Mapinguari demonstra de forma prática como divulga as informações ambientais, somadas aos saberes das comunidades em que atuam, preservando e divulgando o conhecimento da região norte do Brasil.

Dentre as produções disponíveis no site do Instituto, foi selecionada a produção *A Voz da Foz*, pelo seu formato de história em quadrinhos (HQ), sendo um suporte acessível e instigante para todas as idades. Werneck e Carvalho (2012) argumentam que as HQ não apenas facilitam a compreensão de conceitos científicos, mas também encorajam o leitor a refletir sobre os impactos das práticas humanas no meio ambiente e as implicações éticas da ciência. Nesse sentido, após a escolha, foi realizado o planejamento de uma ação utilizando a obra, descrito na próxima seção.

Mediação sem fronteiras

Ao realizarem suas ações e produzirem produtos e informações sendo disponibilizados de acesso gratuito, o Instituto Mapinguari avança cumprindo suas missões e objetivos, servindo de referência a outros institutos, mas também para a comunidade que é atendida e beneficiada por esses projetos. Em última ação, realizada no Circuito Amazônico de Quadrinhos em 2025, o Instituto Mapinguari, em parceria com quadrinistas de vários estados do Norte, produziu uma coletânea de histórias em quadrinhos sobre a exploração de petróleo na Amazônia, a qual foi distribuída de forma gratuita em diversas capitais (incluindo Belém).

Em primeiro momento, como resultado da análise dos produtos digitais produzidos pelo Instituto Mapinguari, destacou-se o intitulado *A Voz da Foz: o lucro é deles, o prejuízo é nosso* (Fig. 2), o qual possui um formato de histórias em quadrinhos. A obra foi escolhida entre os produtos digitais do Instituto como um dos exemplos de instrumento de divulgação científica e sensibilização ambiental por seu formato (HQ) e, pois, propõe alertar sobre as consequências da exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, baseado em dados e pesquisas do Instituto Mapinguari, por meio de nove histórias em quadrinho que levantam o debate do tema, além de enfatizar a importância das narrativas dos produtores da região Norte. O projeto conta com a parceria dos quadrinistas do Coletivo Iukytaías e a supervisão e apoio do grupo Norte em Quadrinhos e do Instituto Mapinguari.

Fig. 2 – Capa da HQ *A Voz da Foz*

Fonte: Silva, Guedes e Lima (2025).

Em paralelo, em Belém o projeto Clube HQ surge em 2024 com o objetivo de fomentar a cultura regional por meio das histórias em quadrinhos, realizando encontros temáticos mensais em espaços culturais na cidade de Belém e região. Cada encontro possui um tema e uma história em quadrinho a ser debatida, porém a leitura prévia do quadrinho não é obrigatória para a participação do bate-papo. Por conseguinte, na falta de um espaço físico próprio e pensado na disseminação dos locais culturais e literários, cada encontro é realizado em lugar diferente como livrarias, bibliotecas públicas, espaços abertos públicos e entre outros espaços semelhantes (SOUZA e CASTRO, 2024).

Nesse viés, o Clube HQ utilizou a história em quadrinhos *A Voz da Foz: o lucro é deles, o prejuízo é nosso* para mediar dois bate-papos em praças públicas com o objetivo de dialogar com os participantes sobre a questão ambiental, o que fica expressa a mediação da informação de Almeida Júnior (2015), quando se refere em ter profissionais atuando de forma a debater a informação, de modo a buscar a sua apropriação para atender suas necessidades informacionais. A escolha desse produto justifica-se pelo seu formato em quadrinhos, que aproxima os leitores de diferentes idades, criando uma conexão com o suporte e as informações relacionadas. O primeiro bate-papo ocorreu na praça Tancredo Neves, em Ananindeua, durante a segunda FLIANANIN (Fig. 3). O segundo encontro ocorreu na praça Batista Campos, em Belém. Em ambos os encontros se obteve a presença de pessoas de diferentes idades, classes e gêneros, fazendo a socialização entre os participantes.

Fig. 3 – Encontro realizado na Praça Tancredo Neves



Fonte: acervo pessoal dos autores (2025)

Durante os encontros foram feitas discussões sobre as temáticas abordadas na história em quadrinhos (exploração do petróleo na Amazônia, descarte irregular do lixo, poluição, etc.), fazendo questionamento aos participantes, no objetivo de entender como enxergavam essas problemáticas e quais eram suas opiniões referentes aos temas. Tendo em vista as diferentes idades dos participantes, cada pergunta foi adequada sem modificar o seu objetivo, fazendo uma mediação plural e democrática, sendo defendida por Jorge (2005) ao realizar um estudo com base em Vigotskii (2001), a autora conclui “pela importância essencial da mediação dialógica nas práticas culturais, envolvendo relações intergeracionais destinadas à constituição dos sujeitos e veículos efetivos entre idosos, crianças e jovens”, corroborando com Freire (2019) e Bortolin (2010), no que diz respeito a uma mediação democrática.

Por fim, ao final de cada encontro, após os diálogos, foi realizada uma pergunta a todos: “O que a Voz da Foz disse a você?”, nesse momento cada participante pode escrever o seu entendimento sobre a mensagem transmitida na história em quadrinhos e como poderia usar essa informação para o futuro. Tendo o caráter voluntário da participação, entre os 15 participantes, sete participantes fizeram registros escritos de suas respostas (apresentados no Quadro 4), os demais apenas verbalizaram, também contribuindo com o diálogo.

Quadro 4 – Respostas dos participantes após a leitura e diálogo sobre *A Voz da Foz*

Participantes	Respostas
P.01	Percebi que tenho pouco conhecimento do meio ambiente e sobre a exploração do petróleo
P.02	Fala sobre a importância da preservação do ambiente em que vivemos
P.03	Sobre o meio ambiente e a degradação das águas que prejudica a saúde dos seres vivos
P.04	Sobre o meio ambiente, sobre a preservação e a ganância das grandes empresas

P.05	A importância de não apenas possuir conhecimento, mas de se mobilizar com o intuito de fazer algo a respeito dos impactos ambientais e de incentivar as pessoas ao redor
P.06	Sobre como a gente pode ajudar mais a nossa Amazônia
P.07	Me fez entender sobre a degradação do petróleo nos oceanos e como isso afeta as vidas marinhas, e como nós eleitores temos o dever de divulgar e informar a população, preservando o meio ambiente e a vida dos animais.

Fonte: Clube HQ Belém (2025).

Essas respostas constituem o registro empírico direto das percepções dos participantes. Para a sistematização dos resultados, optou-se pela metodologia de transcrição literal das respostas escritas pelos participantes, garantindo a fidedignidade e a integridade de suas manifestações, sem interferências ou correções gramaticais por parte dos pesquisadores, visando preservar a autenticidade das vozes e os sentidos atribuídos por eles durante a atividade prática.

Dadas as respostas, é possível compreender elementos como o reconhecimento da própria limitação informacional (P.01); a sensibilização ambiental, ao citar a “Importância da preservação” e “Degradação das águas”, demonstrando compreensão temática e assimilação conceitual; e mobilização e reflexão crítica, enfatizando que mediação não é apenas transmitir informação, mas provocar produção de sentido e posicionamento, gerando uma interferência suprimindo uma necessidade informacional (ALMEIDA JUNIOR, 2015).

As respostas apresentadas demonstram que a história em quadrinhos somada a mediação realizada é capaz de sensibilizar o senso crítico, com participantes de diferentes idades, destacando a relevância social e cultural do locus amazônico. Portanto, as produções do Instituto Mapinguari, como forma de divulgação científica, somada a mediação do Clube HQ, são referências para outras organizações e suas produções que atravessam fronteiras geográficas, atingindo outros estados e cidades da região norte do Brasil.

Nesse contexto, a pesquisa dialoga com o conceito de sustentabilidade ao apresentar a integração entre as questões ambientais, sociais e culturais, especialmente ao mesclar ciência, saberes tradicionais e práticas comunitárias na Amazônia. O estudo demonstra que a sustentabilidade não se limita à preservação ambiental, mas envolve também justiça socioambiental, acesso à informação e valorização dos conhecimentos locais, promovendo uma relação equilibrada entre sociedade e natureza, sendo corroborado por Krenak (2019), no qual afirma que a sustentabilidade não deve ser apenas uma técnica de manutenção de recursos para o consumo, mas uma mudança profunda de paradigma social.

Dessa forma, é possível visualizar de forma geral alguns ODS contemplados pelo Instituto Mapinguari e pela ação do Clube HQ, sendo eles:

ODS 4 (Educação de Qualidade): ao promover a divulgação científica e a mediação da informação ambiental por meio de produtos acessíveis (como cartilhas e HQs) e ações educativas em espaços públicos.

ODS 10 (Redução das Desigualdades): ao divulgar o acesso à informação ambiental, especialmente para comunidades periféricas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): ao realizar ações em espaços urbanos (praças) e fortalecer a participação comunitária e o pertencimento territorial.

ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): ao incentivar reflexões sobre práticas ambientais, como descarte de resíduos e impactos da exploração de recursos naturais.

Dessa forma, a Agenda 2030 tem potencialidades de cumprir suas metas por meio da mediação da informação ambiental. Tendo como exemplo o estudo realizado em uma intuição de ensino e pesquisa, os autores destacam a importância das bibliotecas e de suas ações para alcançar as ODS, “ao passo que oportunizam o acesso à informação, possibilitando a conscientização ambiental por meio de diversas ações, como o desenvolvimento de projetos, a disponibilização de recursos informacionais” (SILVA, OLIVEIRA e SANTOS NETO, 2025).

Ademais, é importante ressaltar que as ações do Instituto podem contemplar outros ODS de forma direta ou indireta; todavia, o objetivo não é medir e constatar tais dados de contemplação, mas sim apresentar que mesmo ONG e projetos menores de mediação podem contribuir com os ODS e com a divulgação da informação ambiental.

Considerações finais

Por conseguinte, em resultado, foi possível identificar projetos de divulgação científica, que fazem essa interligação entre o ensino técnico e os saberes locais, descentralizando o acesso ao conhecimento, além de tornar essa experiência como um aprendizado mútuo, ou seja, ensinando e aprendendo ao mesmo tempo. Em apresentação ao Instituto Mapinguari, em sua trajetória, é visível a força de vontade na realização de mudanças sociais e ambientais, promovidas e organizadas por jovens amazônidas.

Suas ações em contato direto com a natureza e com as pessoas que vivem dela são diferenciais na luta contra as mudanças climáticas e preservação do meio ambiente. No âmbito das conferências climáticas, em específico as conferências das partes, é notório que são discutidas grandes ações que resultem em grandes resultados, porém, ficou claro que as pequenas ações realizadas pelo instituto têm impacto socialmente receptivo, tendo um olhar humano e ambiental para a região Amazônica.

Em suma, o presente trabalho teve um objetivo maior do que apresentar as ações do Instituto Mapinguari, mas também se fazer refletir sobre a necessidade de mais projetos semelhantes e questionar-se sobre o devido acesso às informações ambientais. Em 2025, tendo Belém como centro do mundo para receber a Conferência das Partes de número 30 (COP30), é importante ter um olhar crítico e argumentativo, sem esquecer dos verdadeiros agentes que salvam a Amazônia e a sociedade amazônida de forma geral. Portanto, ao pensar em mudanças climáticas e ambientais, é necessário mudar a forma de agir e pensar, sendo em prol da sociedade e da Amazônia, para um futuro promissor.

A partir da experiência relatada, fica evidente que, quando se trata de informação ambiental, o maior desafio nem sempre é a falta de informação, mas sim a maneira como esses dados chegam (ou não) às pessoas. Muitos conteúdos importantes sobre o meio ambiente estão disponíveis, mas ainda permanecem distantes da realidade de grande parte da população, seja pela linguagem técnica, pelo formato ou pela falta de canais acessíveis de mediação.

Nesse cenário, ações como as realizadas pelo Clube HQ por meio da produção do Instituto Mapinguari mostram que é possível romper essas barreiras. Utilizar um produto digital em formato de história em quadrinhos como ponto de partida para conversas em praças públicas foi uma escolha adequada, pois aproximou temas complexos da vida cotidiana das pessoas, respeitando suas vivências e saberes. Os encontros realizados revelaram o poder da escuta e do diálogo. Ao perguntar “O que A Voz da Foz disse a você?”, abriu um espaço para que cada participante pudesse refletir e se expressar a partir de sua própria perspectiva.

Em suma, a atuação do Instituto reforça a relevância de coletivos locais e independentes na difusão científica. O sucesso dessas ações demonstra que a eficácia da informação ambiental depende da articulação horizontal entre a produção acadêmica e o saber popular. Assim, a mediação informacional consolida-se não apenas como a entrega de dados, mas como um processo social dinâmico, fundamental para estimular o protagonismo comunitário e fortalecer a consciência ambiental na região.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, O. F.

2015 Mediação da informação: um conceito atualizado. In *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina. Org. Sueli Bortolin, João Arlindo Santos Neto, Rovilson José da Silva. Londrina: ABECIN, p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, O. F.

2009 Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:1 (2009) 89-103. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/mediacao-da-informacao-e-multiplas-linguagens-2w75xqwz28.pdf>.

ANDRADE, T. N.; GOBBI, M. C.

2026 Narrativas visuais na era da atenção: Divulgação científica nas redes digitais. *Revista Espaço Pedagógico*. [Em linha]. 33 (2026). [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/17183>.

ARNOLD, C. M.

2019 *O Status normativo do direito à informação sobre meio ambiente no direito internacional e no direito brasileiro*. [Em linha]. Caxias do Sul, 2019. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/items/f18ec150-od91-46bb-b940-1a952b632bea>.

Dissertação de mestrado em Direito - Universidade de Caxias do Sul.

ASSESSORIA DA REVISTA CENARIUM AMAZÔNIA

2023 *Organizações alertam para perigos da exploração de petróleo na foz do rio Amazonas*. Manaus, 4 ago. 2023. [Consult. 19 mar. 2026]. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/organizacoes-alertam-para-perigos-da-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-rio-amazonas/>.

BARROS, L. V.

2017 Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 2.923-2.940. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/860/979>.

BODNAR, Z.; PASSOS, V. F.; SILVA, K. C.

2016 A Epistemologia interdisciplinar da sustentabilidade: por uma ecologia integral para a sustentação da casa comum. *Revista Brasileira de Direito*. [Em linha]. 12:2 (2016) 59-70. [Consult. 25 mar. 2026]. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1558>.

BORTOLIN, SUELI

2010 *Mediação oral da literatura: a voice dos bibliotecários lendo ou narrando*. [Em linha] São Paulo, 2010. [Consult. 20 maio 2026]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103349>.
Tese de doutoramento em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho.

BULLARD, R.

2002 Confronting environmental racism in the twenty-first century. *Global Dialogue*. [Em linha]. 4:11 (2002) 1-8. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: <http://www.worlddialogue.org/content.php?id=179>.

CLUBE HQ BELÉM

2025 Hoje foi dia de HQ, reflexão e conexão! [Em linha]. In *Instagram*. 14 jun. 2025. [Consult. 20 set. 2025]. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DK5kLHWu1BJ/>.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

1991 *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DIEGUES, A. C.

2019 Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. [Em linha]. 50 (2019). [Consult. 17 fev. 2026]. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/66617>.

DUARTE, W. J. B.

2022 Tratados e conferências climáticas: uma cronologia geral e da participação do Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. [Em linha]. 8:8 (2022) 110-132. [Consult. 4 ago. 2025]. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6635>.

FERNANDES, A. F.; MINORI, A. M.; SILVA, J. G. M.

2025 A Crise climática e seus impactos socioeconômicos e ambientais na Amazônia. *Aracê* [Em linha]. 7:4 (2025) 18.188-18.209. [Consult. 30 jan. 2026]. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4423>.

FREIRE, P.

2019 *Educação como prática da liberdade*. 45^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, A. C.

2017 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, H. F.

2014 A Biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. N.º esp. [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/198906>.

GOMES, H. F.

2020 Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 30:4 (2020) 1–23. [Consult. 12 jun. 2026]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047>.

GUERREIRO, I. C. F.; VASCONCELLOS, M.; CONDURÚ, M. T.

2021 Transparência ambiental: da disponibilidade ao acesso à informação ambiental. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 26:4 (2021) 3–37. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/fhQJmjnWggZWynGxSXYd9Qw/>.

INSTITUTO MAPINGUARI

2025a *Acervo*. [Em linha]. Macapá, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://mappinguari.org/acervo/>.

INSTITUTO MAPINGUARI

2025b *Linhas de Atuação*. [Em linha]. Macapá, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://mappinguari.org/linhas-de-atuacao/>.

INSTITUTO MAPINGUARI

2025c *Nossa história*. [Em linha]. Macapá, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://mappinguari.org/nossa-historia/>.

INSTITUTO MAPINGUARI

2025d *Projetos Iniciativas*. [Em linha]. Macapá, 2025. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://mappinguari.org/projetos-e-iniciativas/>.

JARDIM, J. M.

2012 A Lei de acesso à informação pública: dimensões politico-informacionais. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 5:1 (2012) 1–22. [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/266>.

JORGE, L. S.

2005 *Narrativas intergeracionais: o papel educativo da narrativa e a importância da mediação dialógica na relação idoso-criança-adolescente*. São Paulo, 2005. Tese de doutoramento em Educação - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B.

2015 *A Queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, AILTON

2019 *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, E.

2001 *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASCARENHAS, M. B.; SILVA, J. S.

2024 A Cena artística na Amazônia brasileira: entre resistência, identidade e inovação. *Interference: a journal of audio culture*. [Em linha]. 10:2 (2024) 11-17. [Consult. 2 ago. 2025]. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/17/17>.

MEDEIROS, R.

2022 Sustentabilidade. In *Dicionário ambiental* [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2026]. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/sustentabilidade/>.

MOURA, J. [et al.]

2024 Difusão e fortalecimento da agroecologia na comunidade quilombola do Rio Curiaú em Macapá-AP. *Cadernos de Agroecologia*. [Em linha]. 19:1 (2024) 1-7. [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9544/7112>.

PHILIPPI JUNIOR, A. [et al.]

2000 *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000.

PITANGA, A. F.

2015 O Enfrentamento da crise socioambiental: um diálogo em Enrique Leff sobre a racionalidade e o saber ambiental. *REMEA: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. [Em linha]. 32:1 (2015) 158-171. [Consult. 11 fev. 2026]. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4997/3266>.

PORTO, D. F. P.; PAVÃO, C. M. G.

2025 A Presença dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ods) da agenda 2030 da organização das nações unidas no repositório institucional guaiaca da ufpe. In *FÓRUM DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E SOCIEDADE*, 7ª, Porto Alegre, 2025 - *Anais*. [Em linha]. Porto Alegre: UFRGS, 2025. [Consult. 20 mar. 2026]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/384133>.

RODRIGUES, D. M.

2023 *Dimensões da mediação da informação nos programas e projetos da Rede Cuca*. [Em linha]. Fortaleza, 2023. [Consult. 20 set. 2025]. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/75916/1/2023_dis_dmrodrigues.pdf. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará.

SANTOS, E. B.; TALGATTI, D. M.

2023 Ciência na praça: conhecer para conservar. *Revista de Extensão da Integração Amazônica*. 4:1 (2023) p. 23-27.

SILVA, F. C. G.; ALVES, A. P. M.

2025 Justiça informacional antirracista: um olhar para a prática bibliotecária. *Revista Interamericana de Bibliotecología*. [Em linha]. 48:3 (2025). [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/365111>.

SILVA, T. C.; REIS, M. A. G. S.

2023 Mediação cultural e informacional como responsabilidade social. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23^a, Aracajú, 2023 – *Anais*. [Em linha]. Aracajú: UFS, 2023. [Consult. 11 jun. 2026]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/258238>.

SILVA, Y.; GUEDES, F.; LIMA, T.

2025 *A Voz da Foz: o lucro é deles, o prejuízo é nosso*. Manaus: Ed. dos autores, 2025.

SILVA, Y. [et al.]

2024 Política de agroecologia no Amapá: incertezas e oportunidades. *Cadernos de Agroecologia* [Em linha]. 19:1 (2024). [Consult. 1 ago. 2025]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1o4lGtbDebytYU2ZTfQMcwM9MRFef_8ut/view.

SOUZA, R. I. M; CASTRO, J. L.

2024 Narrativas em quadrinhos na Amazônia paraense: a mediação cultural e do conhecimento através do Clube HQ. *Revista Sumáuma*. 10 (2024) 51-60.

VIGOTSKII, L. S.

2001 Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Org. L. S. Vigotskii; A. N. Leontiev; A. R. Luria. São Paulo: Ícone, 2001.

WERNECK, R. P.; CARVALHO, F. A.

2012 *Visualidade e cognição: os quadrinhos como ferramentas no ensino de ciências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

WITKOSKI, A. C.

2007 *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Renan Ismael Martins de Souza | renan35souza@gmail.com

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Marise Teles Conduru | marise@ufpa.br

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil